

Erradicar analfabetismo é um desafio para Chiarelli

Eliane Bardanachvili

Ao anunciar, na semana passada, que pretende erradicar o analfabetismo do país, o futuro ministro da Educação, senador Carlos Chiarelli, reafirmou uma louvável mas desgastada promessa já feita por outros políticos e que, ao longo das décadas, nunca se tornou realidade. Educadores e pesquisadores do tema apontam para a complexidade de um problema cuja solução não depende só de boas intenções.

"O tamanho do bicho é muito maior do que se pensa", avisa o professor Divonzir Gusso, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas e Análises (Ipea). Um raio X desse monstro em que se transformou o panorama educacional brasileiro mostra que, apesar de projetos grandiosos, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, sequer chegou-se perto de concretizar o que deseja o futuro ministro. Criado em 1970 e substituído em 1986 pela Fundação Educar, o Mobral não mudou o quadro que hoje mostra 17 milhões de analfabetos na população de mais de 15 anos, segundo dados do Ipea.

Mesmo para os que passaram pelo Mobral, poucos frutos foram colhidos. Ao número de analfabetos é preciso juntar, hoje, mais 30 milhões de pessoas, correspondentes a 42% da população entre 15 e 39 anos, que têm menos de quatro anos de escolaridade. "Novas campanhas de massa, como o Mobral, só trariam mais analfabetos para o estado de penúria em que se encontram esses 30 milhões", conclui Divonzir Guzzo.

A Fundação Educar, que teria como função fomentar e receber projetos de alfabetização de instituições públicas e entidades comunitárias, não honra seus convênios desde 1988. Não há repasse de verbas, os professores alfabetizadores foram embora e não houve outra alternativa aos candidatos à alfabetização senão a evasão. Os projetos que têm sucesso, como o da Baixada Fluminense, que consegue índices de aprovação de 70% entre os alunos, são raríssimas exceções.

"Essa situação choca-se com o próprio projeto de modernização que o presidente Collor quer concretizar", avalia o primeiro presidente da Fundação Educar, Vicente Barreto. Uma projeção feita pelo pesquisador do MEC Sérgio Marinho Barbosa mostra, por sinal, que Alagoas, já governada pelo futuro presidente, e a Paraíba são os dois estados nordestinos que levariam mais de 100 anos (119 e 134, respectivamente) para alfabetizar toda a população, se se mantivessem as condições atuais.

As discussões acerca do que significa alfa-

betizar, que já atingem até os países desenvolvidos, mostram que simplesmente falar em erradicar o analfabetismo não basta. Em que momento deve-se considerar uma pessoa alfabetizada? "Só saber ler e escrever não resolve o problema. Isso é uma técnica que pode ser adquirida. É preciso saber utilizar, jogar com essa técnica", responde Divonzir Gusso, do Ipea, apontando o fracasso do Mobral, onde dois terços dos alunos que passaram pelo projeto voltaram à estaca zero. "Educar pressupõe atividades sistemáticas que não acabam quando o aluno aprende a assinar o nome e ler algumas palavras", explica Vicente Barreto. "É isso o Mobral nunca conseguiu fazer", atesta ele, que considera "equivocada" qualquer proposta nova de campanha de alfabetização.

Embora os educadores considerem que resolver a questão da educação no Brasil dependa mais de qualidade da formação do que de quantidade de escolas e salas de aulas, estudos do MEC já prevêem um déficit de matrículas, para 1992. No Nordeste, que contribui com 47% dos analfabetos adultos e 63% dos analfabetos de 10 a 14 anos no país, esse déficit será de 735 mil vagas daqui a dois anos. Isso considerando-se, com otimismo, que o índice de escolarização real seria de 81%. Senão, o déficit será ainda maior.

Garantias — Todos esses índices mostram que é preciso, na verdade, secar a fonte de onde emanam os analfabetos, melhorando as condições do ensino básico, garantindo o acesso e, principalmente, a permanência das crianças na escola. O censo de 1980 do IBGE revelou que 32% das crianças entre 7 e 14 anos, faixa de escolarização obrigatória, estavam fora da escola, tornando-se candidatas a engrossarem as fileiras de analfabetos do país.

Para quem rompe barreiras e entra na escola também não há estímulo na atual política educacional. Dados do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), levantados pelo pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, mostram que o interesse pela escola existe: 90% da população entre 5 e 24 anos já estiveram na escola alguma vez, com uma média de permanência de sete anos, tempo quase suficiente para que completassem o 1º grau, caso não se embarrassem num dos piores fantasmas do ensino: a repetência.

Metade das crianças que entram na 1ª série do 1º grau não consegue passar para a 2ª. "Um sistema escolar que reprova desse jeito é um sistema destruidor", diz a pesquisadora Elba Barreto, da Fundação Carlos Chagas. Ela informa que 85% da população que estuda no país está no 1º grau. "Entram e não conseguem sair".